

João Teimoso

Categories : [Reportagens](#)

Tasso Azevedo, diretor de Florestas do [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#) passou muito mal na noite de quinta-feira, 30 de junho. Vomitou e chegou a ir até uma farmácia para tirar sua pressão. “Foi só um susto”, disse ele pelo telefone de sua casa, em Brasília. “Muito trabalho talvez”, arriscou, lembrando suas jornadas de 18, 20 horas por dia, que se tornaram freqüentes desde que o governo, em fevereiro, apresentou ao Congresso um projeto de lei sobre gestão de Florestas Públicas e pediu a sua tramitação em regime de urgência constitucional. Seu texto regulamenta o manejo de florestas em terras públicas em regime de concessão e é considerado pela cúpula do Ministério do Meio Ambiente fundamental para frear a derrubada de árvores na região. Ele controla a exploração madeireira e a separa da titulação de posse do terreno, uma das fontes da grilagem de terras na Amazônia. Azevedo foi o homem encarregado de fazê-lo andar no Legislativo, primeiro na Câmara, onde hoje se encontra parado, e depois no Senado.

Ele negociou com deputados em nome do governo, acompanhou sua tramitação na Comissão Especial encarregada de examiná-lo e viu ele chegar na boca do gol, isto é, a votação no plenário da Câmara, no princípio de junho, com muito poucas alterações no seu texto original. No fim do mês, suas esperanças de vê-lo aprovado começaram a ir por água abaixo. Engolido pelas denúncias de corrupção que tomaram conta do Congresso e atropelado pela decisão do Planalto de reordenar sua pauta de votação para incluir o pedido da CPI da Compra de Votos, o futuro do projeto de lei foi parar na corda bamba. Azevedo não escondia sua frustração e talvez ela tenha servido, apesar de garantir que não, de gota d’água para seu acesso de vômito.

Na quarta, dia 28 de junho, o governo decidiu retirar o projeto de lei de pauta para reordenar a sua lista de votações prioritárias na Câmara dos Deputados. Na quinta, ele voltou numa nova pauta de prioridades, mas em 13º lugar, atrás, por exemplo, de decisão sobre o aumento de PMs e Bombeiros do Distrito Federal e da criação de uma universidade em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Num espaço de 48 horas, primeiro o governo e depois o Congresso, deram mostras que a floresta amazônica passa ao largo de suas prioridades. “É incrível. Ninguém liga, ninguém dá bola para uma lei que poderia ajudar a regulamentar um dos maiores problemas da Amazônia, que é o uso criminoso de terras públicas”, diz Azevedo. Em todos os gabinetes onde entrou na semana passada pedindo ajuda para desatolar a votação do projeto, ele ouvia sempre a mesma frase: “Com essa situação toda, agora não dá”.

Azevedo diz que se arrependeu de ter ficado em Brasília na semana passada remando contra a maré, tentando fazer o projeto andar. “Deixei de ir a uma reunião importante em Genebra, onde se discutiria a renovação do acordo internacional de madeiras tropicais”, conta. Ele está em vigor a 15 anos, ajudando a organizar o comércio de produtos florestais sustentáveis. Se soubesse a zebra que seu projeto iria encontrar ao fim da semana, teria ido para a Suíça, garante. Mentira pura. Azevedo é um homem teimoso, mesmo diante de muita dificuldade. Teria ficado em Brasília

lutando pelo projeto de qualquer maneira.

Na mesma quinta em que teve sua crise de vômito, já se articulava com a ministra Marina Silva e o relator da Comissão Especial que examinou o projeto, Beto Albuquerque (PPS-RS), para voltar à carga na primeira semana de julho tentando convencer os deputados a votar o texto o mais rápido possível. De todo o modo, desde que governo e Congresso, na semana passada, deram sinal inequívoco de que o projeto para eles perdeu importância, Azevedo sabe que as chances de vê-lo andar são pequenas. “No fundo, a coisa acabou na mão do Severino Cavalcanti”, diz referindo-se ao presidente da Câmara dos Deputados. Para o projeto de lei sobre Gestão de Florestas Públicas é o fundo do poço. Tudo indica que pode ser também o fim do caminho.